

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Josei Fernandes Pereira¹

RESUMO:

Analisando a conjuntura histórica e a experiência social e econômica do cooperativismo de crédito, procurou-se apresentar um panorama das condições enfrentadas num espaço e tempo específico: a região de Ijuí-RS, no início do século XX. O cooperativismo de crédito emerge na pós-revolução industrial e, junto com a imigração, foi considerado modelo de reação não-governamental dos camponeses. A região noroeste do RS, habitada primordialmente por indígenas, lusos e caboclos, foi colonizada por imigrantes das colônias velhas a partir de 1890. Buscavam novas terras para exploração agrícola utilizando um modo de divisão familiar do trabalho, orientado para a obtenção da propriedade da terra, mesclado com atividades de subsistência. A mercantilização da produção era inevitável para o sucesso da colônia; dependia da inserção da família na economia regional e a obtenção de recursos financeiros para o lote, que eram escassos na colônia. No RS pré-1930 inexistiam bancos fora dos centros econômicos e nas colônias atuavam comerciantes e correspondentes bancários que sujeitavam os imigrantes à prática da usura. O projeto colonial auto ordenou-se a partir de formas de organização social e econômica, como o cooperativismo de crédito que, capitalizando coletivamente as pequenas economias coloniais, interferiu na vida pública destas comunidades, financiando a produção e a mercantilização necessária para o sucesso da colônia, defendendo os interesses dos colonos associados e até executando obras de infra-estrutura.

Palavras chave: cooperativismo, crédito, colonização.

ABSTRACT:

Looking at the historical context and social and economic experience of the cooperative credit, sought to provide an overview of the conditions faced in a specific time and space: the region of Ijuí-RS in the early twentieth century. The cooperativism of credit emerges in post-industrial revolution and, along with immigration, it was considered a model of non-governmental reaction of the peasants. The northwestern region of RS, inhabited primarily by Indians, Lusitanian and the peasants, was settled by immigrants from the old colonies from 1890. Sought new lands to farm using a method of family division of labor, oriented to the ownership of the land, mingled with subsistence activities. The mercantilization of the production was inevitable for the success of the colony; depends of the integration on the regional economy and the family in obtaining financial resources for the lot, which were scarce in the colony. In the RS pre-1930 did not exist banks outside of economic centers; in the colonies were active traders and correspondent banks that immigrants subjected to the practice of usury. The colonial project was self-ordained from forms of social and economic organization, such as

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UPF (Bolsista CAPES). Email: josei.pereira@hotmail.com

credit cooperatives that collectively capitalizing small colonial economies affect in public life in these communities by funding the production and mercantilization necessary for the success of the colony, defending the interests of the associated settlers and even performing works infrastructure.

Keywords: cooperatives, credit colonization.

Introdução:

A imigração européia para o Brasil iniciou como uma política oficial de incentivo a formação de núcleos camponeses, objetivando ocupar e assim proteger regiões estratégicas do território. Para Maestri (2005 p.255), esses objetivos podem ser percebidos já nos anos seguintes ao Tratado de Madrid (1750), com a instalação de colonos açorianos no Rio Grande do Sul. Posteriormente, “o projeto de formação de extrato social camponês, no seio do universo latifundiário-escravista, com camponeses emigrados, foi retomado após a transferência do aparato político-administrativo do império português para o Rio de Janeiro, em 1808” (Ibidem). Os objetivos principais desta ocupação eram promover a agricultura policultora para abastecer centros urbanizados e latifúndios com alimentos, criar homens livres para os exércitos imperiais, consolidar a ocupação do espaço e desenvolver população livre de pequenos proprietários para equalizar a população escrava. O Rio Grande do Sul era um destino importante para a colonização, pela necessidade de povoamento de extensas áreas e o abastecimento interno do Estado com gêneros alimentícios.

A obtenção da propriedade da terra era um elemento importante de atração dos colonos europeus para o Brasil, já que “no Rio Grande do Sul, os imigrantes se transformavam em pequenos proprietários de terra e isso era um estímulo forte para emigrar” (ZARTH, 2002, p.182). Na Europa, o desemprego em massa de pequenos camponeses e artesãos e, também, os conflitos entre nações, configuravam um estímulo extra para a imigração, uma alternativa para muitos destes trabalhadores em estado de miséria. Na Alemanha do século XIX, por exemplo, as guerras napoleônicas, o empobrecimento dos solos, o superpovoamento e as alterações econômicas ocasionadas pelo advento da segunda revolução industrial, foram algumas das causas que

determinaram a vinda de imigrantes para o Brasil (SCHÜTZ, 1974, p.271). No caso italiano, o atraso agrícola do país, a falta de terras agricultáveis e a fragilidade dos laços mercantis, foram para Maestri (2000, p.25) as principais razões da imigração.

1. Europa em crise: análise da conjuntura sócio-econômica do surgimento do cooperativismo.

Concomitantemente ao início do fluxo migratório de camponeses europeus para a América, verificamos no velho continente o surgimento do movimento que irá se consolidar no conceito moderno de cooperativismo, movimento este que nas últimas décadas do século XX incorporou um conjunto de características que o distanciou do caráter sócio-econômico original para adotar uma postura corporativista.

O cooperativismo originou-se de pequenas organizações de operários e camponeses europeus que buscaram na auto-ajuda-mútua o benefício comum para a resolução dos problemas agravados a partir do século XIX. O ano de 1844, ano da fundação da cooperativa dos tecelões de Rochdale¹ é tido como o momento de constituição do cooperativismo, do ponto de vista das organizações de características análogas. Assim, as primeiras experiências de trabalho cooperativo formalmente organizado surgem como “uma alternativa econômica a situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social” (DUARTE, 1986, p.13).

O surgimento deste fenômeno, no final do século XIX, ocorreu simultaneamente em diversos países da Europa, como resposta às transformações econômicas pelas quais passavam os sujeitos inseridos naquela realidade social. Na Inglaterra, por exemplo, a diminuição da produção de alimentos e as mudanças na economia doméstica provocaram uma carestia generalizada de alimentos, o que explicaria a experiência pioneira no vilarejo de Rochdale, em 1844, com a criação de uma cooperativa de consumo. Poucos anos depois, na França, Alemanha e Itália, a experiência foi repetida com a criação de cooperativas de trabalho e de crédito². Walter Frantz (2006, p. 30) explica que:

O movimento social pela organização cooperativa não é um bloco único. Trata-se de um movimento que toma formas e sentidos de organização, segundo as estruturas sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas, as nacionalidades e as crenças religiosas, as diferentes concepções e interpretações do sentido da cooperação.

A ruptura do antigo modo de vida e trabalho feudal teve impactos significativos na vida das pessoas. Partindo de uma nota de Marx, Maurice Dobb (*apud* MARQUES, 1999) analisa o surgimento do capital industrial pela via revolucionária, a partir da acumulação do capital nas mãos de parte dos produtores que passaram a organizar a produção sobre bases capitalistas:

o capital mercantil começou a ligar-se ao modo de produção em parte para explorá-lo mais eficientemente – para “*deteriorar a situação dos produtores diretos (...) e absorver seu trabalho excedente com base no antigo modo de produção*” -, e, em parte, para transformá-lo no interesse de maiores lucros e a serviço de mercados mais amplos.

Nos séculos XVIII e XIX, fatores como o avanço tecnológico e o êxodo rural (formação do exército de reserva na concepção marxista) contribuíram para a chamada “Revolução Industrial”, convertendo oficinas artesanais em fábricas e impingindo profundas mudanças, especialmente para as classes camponesas e operárias, subordinadas ao poder econômico. Para Angelo Zeni (2008, p.43),

Sem dúvida alguma, inicia-se, então, um dos períodos mais marcantes do ponto de vista negativo da história do trabalho humano. Pois a chegada das máquinas causou grande desemprego e muita revolta. A resistência de alguns movimentos de desempregados³ (...) não foi suficiente para conter o rápido crescimento das indústrias, que por sua vez, foram absorvendo a mão de obra em condições extremamente desfavoráveis aos trabalhadores.

O cooperativismo emerge deste contexto, proposto como uma ferramenta de enfrentamento das dificuldades econômicas e dos problemas sociais originados nestas dificuldades. Possui, portanto, uma dupla natureza: instrumento econômico com consequências sociais, ou instrumento social com consequências econômicas, embora a experiência demonstre que as cooperativas só cumpram seu papel social quando obtém êxito em sua função econômica (BENECKE, 1980, p.83).

2. O contexto do cooperativismo de crédito no Brasil: conceituação e desenvolvimento das caixas *Raiffeisen*.

Criada em 1890, a *Colônia Ijuhy* (hoje Município de Ijuí) recebeu imigrantes oriundos de diversas partes do mundo⁴, que foram adquirindo lotes de terra e se estabelecendo à custa do trabalho de dominação do ambiente natural para exploração mercantil da agricultura.

Os imigrantes europeus possuíam uma tradição camponesa milenar. Arraigados a terra, inicialmente traziam poucos filhos, devido à escassez de terras no velho mundo, mas logo se dedicavam a produção em série de filhos, considerados braços para a agricultura. Estabeleciam-se com suas famílias em barracões, de onde iam ocupar sua gleba e limpar o terreno. Aberta a clareira, o núcleo familiar instalava-se no lote iniciando a exploração.

O trabalho colonial era baseado na utilização de métodos rústicos e práticas produtivas dissociadas da divisão do trabalho européia, ainda assim, mais adiantadas que a agricultura escravista, cabocla e nativa (MAESTRI in STEDILE, 2005, p.260). A divisão familiar do trabalho orientava-se para a obtenção do direito de propriedade da terra, mesclada com atividades de subsistência: “o ideal almejado era produzir tudo o que o núcleo familiar consumisse e restringir ou eliminar o consumo daquilo que não fosse possível produzir” (MAESTRI, 2000, p.75). Logo que fosse possível, investia-se parte dos recursos capitalizados pela atividade mercantil na compra de bois ou mulas para o transporte, vacas leiteiras, porcos e galinhas. A mercantilização da produção era condição *sine qua non* para o sucesso do lote colonial, da qual dependia a inserção do núcleo familiar na economia e a obtenção de recursos para sanar a dívida de aquisição do lote. A criação das caixas de crédito rural foi no sentido de facilitar a obtenção desses recursos, mediante a capitalização coletiva das pequenas economias coloniais.

De *Ijuhy*, foram sendo estabelecidos novos focos de colonização, dentre os quais a Colônia de Serra Cadeado, em 1901. Esta colônia foi o berço de nascimento da “Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado”, uma das mais antigas caixas *Raiffeisen* em

atividade na atualidade, tendo atravessado o século XX sem interrupções, porém com severos percalços, especialmente após a década de 1950, quando a polêmica sobre a industrialização brasileira colocou a agricultura como um empecilho para a economia, na medida em que não respondia ao desenvolvimento, e o governo federal passou a fomentar o crédito rural em larga escala para atender a demanda de mecanização agrícola. Após as atribulações dos anos 1960 e 1970, a referida entidade recuperou-se e colaborou com a formação do atual Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), no início dos anos 1990.

Além de Serra Cadeado, outras tantas localidades da região noroeste do RS organizaram-se da mesma forma, através da fundação de caixas de crédito rural inspiradas no sistema alemão Raiffeisen⁵, visando atender as necessidades básicas de produção e mercantilização dos produtos coloniais. Em 1966 funcionavam no Estado 66 caixas tipo Raiffeisen, mas a reforma do Banco Central no mesmo ano forçou o fechamento da maioria delas, restando apenas 10 nos anos seguintes, dentre elas a Caixa de Serra Cadeado.

3. **A fundação da *Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado*.**

A Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado foi fundada em 21 de maio de 1925, como uma instituição creditícia de caráter cooperativo de amparo aos colonos residentes na comunidade. A fundação ocorreu na residência de José Norbert (primeiro gerente), nos moldes do Sistema Raiffeisen, que nesta época já possuía uma referência legal no Brasil: o Decreto nº 1637, de 05 de janeiro de 1907.

Os objetivos que inicialmente orientavam os associados da caixa eram bastante concisos, ligados ao atendimento das necessidades financeiras dos moradores da localidade, obtenção de recursos necessários para a manutenção da atividade produtiva e para o investimento em melhorias na propriedade. A ata de fundação refere-se aos seguintes objetivos específicos:

Combater a usura, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhe o exercício de sua profissão; Fazer empréstimos a curto e a longo prazo,

reembolsáveis por amortização periódica, mediante garantia e de acordo com as regras estabelecidas pela direção; Os empréstimos deveriam ter lugar para certo e determinado fim, julgado útil e reprodutivo pela direção; Os juros seriam calculados pelo saldo efetivamente devido; A sociedade poderia também receber, em depósito a prazo fixo ou em conta-corrente limitada ou de movimento dinheiro a juros não só de sócios como de pessoas não pertencentes à sociedade; Os valores máximos de empréstimos e a soma total dos encargos da sociedade seriam fixados anualmente pela Assembleia Geral (Ata de Fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado – Acervo Sicredi Augusto Pestana)

A “usura” à que se refere o texto da ata de fundação, refere-se a atividade realizada por comerciantes instalados na linha colonial que, diretamente ou indiretamente, atuavam como financiadores dos colonos:

eram pequenos, médios e grandes comerciantes que acaparavam a maior parte da riqueza produzida na colônia, ao comprarem a produção colonial por baixo preço e ao venderem o que o colono necessitava por alto valor (...). O comerciante pagava ao colono apenas vender seus produtos e servia-lhe de banco, emprestando-lhe dinheiro a juros e guardando suas economias sem remuneração. Portanto, financiava com os recursos do colono os produtos que lhe vendia. Era forte a dependência cultural, ideológica e política do colono ao vendeiro. Ele aconselhava-o nas iniciativas econômicas, na introdução de novas plantas, representava-o em algumas ocasiões, etc. (MAESTRI, 2000, p. 83).

Convém lembrarmos que no Brasil o nascimento da instituição bancária formalmente organizada dá-se em 1808, com a criação do Banco do Brasil, banco particular com participação do Estado que foi capitalizado com recursos privados e, principalmente, com impostos criados especialmente para esta finalidade. Para Langemann (in GOLIN, 2007) o Banco do Brasil não teve a preocupação de estimular a atividade econômica, mas sim a obtenção de fundos para manter a família real portuguesa na colônia, emitindo papel moeda para reduzir o déficit do tesouro. Em relação aos bancos gaúchos, Langemann (Idem, p. 231) diz que “uma característica peculiar do cenário financeiro gaúcho pré-1930 foi a ausência quase total de bancos nacionais privados”. Após 1930, verifica que os bancos nacionais de depósito e desconto que foram sendo implantados tinham iniciativa local, para atender aos desdobramentos da economia regional aonde surgiram e atuam majoritariamente. Assim, mesmo quando filiais eram abertas em outras localidades, prevaleciam os interesses do grupo econômico originado na sua sede.

Ao lado dos bancos atuavam empreendimentos menores, as casas bancárias particulares. Sem dúvida, em situação mais favorável para exercer essa atividade se encontrava o comerciante. Era, pois, muito comum que ele combinasse a atuação comercial com a representação de bancos, da qual era *correspondente*. Mas também atuava em faixa própria, realizando empréstimos e até aceitando depósitos. Nesse sentido, entende-se a preocupação do decreto 14.728 de 16 de março de 1921, por exemplo, que buscava organizar essa atividade paralela ao sistema financeiro realizada por particulares. (Idem, p. 234)

Outro estudo de Langemann reporta a situação dos grandes bancos localizados no Estado do Rio Grande do Sul. Esclarece que a condição das instituições bancárias gaúchas obedece à mesma sistemática de favorecimento de uma elite econômica regional, principalmente ao referir-se ao Banco Pelotense como o “grande representante da pecuária gaúcha e de seu produto básico, o charque” (PESAVENTO, *apud* LANGEMANN, 1985, p.88). Os objetivos do Banco Pelotense giravam em torno dos objetivos dos acionistas majoritários e da sua atividade econômica predominante, no caso, a produção e exportação do charque.

O Banco Pelotense era o orgulho da fina flor dos pecuaristas e charqueadores do nosso meridiano, da pequena classe média urbana que era acionista minoritária e dos donos das casas de negócio da área de colonização ítalo-alemã. (LETTI *apud* LANGEMANN, 1985, p.89)

As comunidades do interior do Estado, focos de colonização por imigrantes (como a região noroeste do Rio Grande do Sul), quando se deparavam com a necessidade de capitais para investimento na atividade produtiva, buscavam-no junto aos comerciantes locais, igualmente integrados ao funcionamento das instituições bancárias dos grandes centros. Estavam sujeitos aos objetivos dos grandes bancos e ainda aos objetivos do pequeno comerciante local, intermediário do sistema financeiro. Não bastasse a condição de submissão ao capital originado nestas instituições/pessoas, o colono via o resultado de seu trabalho fluir para os cofres localizados à distância da sua realidade. Fazer oposição a esta condição de submissão a usura talvez tenha sido a mais relevante motivação das caixas rurais instaladas nos núcleos coloniais, já que

prejudicava a atividade de mercantilização da produção e conseqüentemente o pagamento da dívida colonial, condição para a manutenção da atividade produtiva.

Junto dessas comunidades, exerceram relevante função alguns padres jesuítas. A criação da Caixa Rural de Serra Cadeado, por exemplo, deu-se pelo trabalho de conscientização dos moradores da colônia por membros da Sociedade União Popular Católica – *Volksverein*, entidade criada durante o Congresso de Teutos em Venâncio Aires, no ano de 1912. Esta sociedade substituiu a antiga Associação Rio-Grandense de Agricultores – *Bauernverein*, de caráter interconfessional, fundada em 1901. Ambas as entidades possuíam caráter associativo, e foram sugeridas e organizadas pelo jesuíta suíço Theodor Amstad, popularmente conhecido por ter sido o fundador da primeira Caixa Rural do Brasil, no município de Nova Petrópolis-RS, em 1902. Em Serra Cadeado, a tarefa coube ao também jesuíta João Evangelista Rick, que em 1925 (ano da fundação da caixa de Serra Cadeado) exercia a função de Secretário Geral da *Volksverein*. Verifica-se também nas demais caixas rurais fundadas no interior do Rio Grande do Sul a participação decisiva de padres de diversas ordens religiosas:

O envolvimento, tanto da Igreja evangélica quanto católica, para a implantação do cooperativismo, no Estado do Rio Grande do Sul, foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constituiu-se em instrumento de inserção no mercado. (FRANTZ, 2006, p. 41)

No entanto, o meio religioso não era unânime quanto à fundação das caixas rurais e elas encontraram resistência de muitos dos clérigos da própria igreja católica. Os contrários à idéia consideravam prematuras as idéias de Amstad e Rick. O próprio Pe. Rick mencionou em suas memórias (*apud* RABUSKE, 2004, p.102) que muitos de seus colegas de batina consideravam a idéia das caixas rurais “pouco eficientes para um povo sem formação escolar e pouca compreensão para grandes metas de caráter comum”. O descrédito desses clérigos com a fundação das caixas rurais foi desaparecendo na medida em que os resultados iam surgindo. As caixas rurais, consideradas “prematuras”, passaram a contribuir para o desenvolvimento das comunidades, re-investindo parte dos resultados inclusive na construção de igrejas,

escolas, hospitais e outras obras de caráter comunitário. A idéia então foi completamente aceita e, curiosamente, até abençoada pela igreja católica.

Na ata de fundação verificamos a redação do primeiro Estatuto da Caixa Rural de Serra Cadeado. Este, por sua vez, além de detalhes da organização e funcionamento da caixa, previa a criação de um fundo de reserva, destinado a reparar eventuais prejuízos sofridos pela cooperativa no exercício de suas atividades, fundo este que não seria partilhado ou distribuído entre os sócios no final do exercício. Seria composto de doações de qualquer natureza recebidas pela Caixa, mas principalmente de 80% dos lucros verificados anualmente pelo Balanço contábil. Os 20% restantes seriam destinados para fins beneficentes e despesas gerais da Caixa.

Nascida no seio da comunidade, a caixa rural foi criada para atender às necessidades inicialmente de um pequeno grupo de pessoas em seu entorno, acumulando recursos financeiros por meio da auto-ajuda, e reemprestando-os aos associados mediante pagamento de juros módicos. Ou seja, a poupança de um segmento da sociedade organizada (em cooperativas), reverter-se-ia para a própria sociedade na forma de crédito. Assim, ficava evidenciada uma das principais intenções da caixa rural no momento da elaboração do primeiro Estatuto: “promover o desenvolvimento da comunidade local por meio da oferta de recursos financeiros a juros módicos”. Afinal, seus sócios eram os moradores, agricultores, professores, construtores e trabalhadores em geral, pessoas da comunidade e, como o tal, desejavam o seu crescimento e a melhoria da qualidade de vida. O fundo de reserva foi instituído, por um lado, para dar segurança aos investimentos feitos na Caixa e, por outro, para re-investir parte das sobras diretamente em obras que se destinavam ao desenvolvimento da comunidade. Em Serra Cadeado, verificamos a aplicação do fundo de reserva em obras comunitárias como a construção do primeiro hospital comunitário, da primeira escola pública, do salão comunitário, do colégio interno e das duas igrejas (católica e evangélica).⁶

O trabalho das caixas rurais no âmbito da formação e desenvolvimento das colônias de imigrantes do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, estabeleceu uma relação íntima com os anseios comunitários, tanto com o oferecimento de recursos para a produção, pelo trabalho associativo dos colonos,

quanto re-investindo as sobras da atividade financeira na própria comunidade, em obras de infra-estrutura que não eram disponibilizadas pelos (quase sempre) inexistentes serviços públicos estatais. Além das dificuldades individuais dos colonos – aquisição de lotes, investimento em melhorias ou solução de problemas ligados às condições do ambiente – as colônias, nos seus primeiros anos de existência, careciam dos mais diversos recursos: financeiros, infra-estruturares, além de serviços essenciais como saúde e educação.

A ação da caixa rural na comunidade teve um papel fundamental, não só pelo trabalho de poupança e empréstimos para fins ligados a produção agrícola, mas também pelo desenvolvimento da mentalidade associativa, e com isso o fomento de outros tantos setores da comunidade. Analisando as ações da caixa de Serra Cadeado no decorrer dos anos 1920 e 1930, percebemos que sua existência possibilitou o oferecimento e a ampliação de inúmeros serviços, tanto na área rural quanto na área urbana. Situações semelhantes poderão ser encontradas observando o desenvolvimento das demais caixas criadas nesse contexto, já que faziam parte de um projeto de desenvolvimento das regiões coloniais promovido pela Sociedade União Popular, antiga associação de agricultores do Rio Grande do Sul.

Através da organização em cooperativas, as comunidades destas regiões coloniais buscaram formas de influir nas relações de mercados, procurando opor-se ao controle exercido pelos comerciantes e intermediários locais sobre preços, comunicação e circulação de mercadorias e serviços. As dificuldades podem ser encontradas tanto na demanda de recursos para a produção, quanto na estrutura de comercialização disponível nestes espaços coloniais.

Neste breve relato, procurou-se apresentar um panorama da conjuntura sócio-econômica colonial da região de Ijuí no início do século XX, expondo a fragilidade da economia colonial e a carência de infraestrutura e recursos financeiros, que por sua vez motivaram a criação da caixa de crédito rural, cujo modelo proliferou-se em inúmeras comunidades coloniais no interior do Estado do Rio Grande do Sul, atingindo seu apogeu entre os anos 1930 e 1950.

Referencias bibliográficas

BENECKE, Dieter W. Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas do processo de desenvolvimento nos países do terceiro mundo.

DUARTE, Laura Maria Goulart. Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S. Porto Alegre: L&PM, 1986.

FRANTZ, Walter; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos. Ijuí: Unijuí, 2006.

LANGEMANN, Eugenio. O Setor Financeiro: das origens ao drama bancário. República Velha (1889-1930). Tau Golin e Nelson Boeira (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.1.

_____. O Banco Pelotense: o sistema financeiro regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

MAESTRI, Mário. Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. “A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira”. In STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda. 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Vol. 2.

MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. História Moderna Através de Textos. São Paulo: Contexto, 1999.

PEREIRA, Josei Fernandes. Sicredi Augusto Pestana 85 anos: da caixa rural ao sistema de crédito cooperativo. Ijuí-RS: Sintegraf Gráfica e Editora Ltda, 2010.

RABUSKE, Arthur e RAMBO, Arthur Blásio. Pe. J. E. Rick, S.j: Cientista, Colonizador, Apóstolo Social, Professor. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHÜTZ, Liene Maria Martins. “Imigração alemã: processo, costumes e influências. In Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 1974.

ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZENI, Angelo Elocir. Trabalho Cooperativo: à luz da Legislação e Doutrina Brasileira e Espanhola. SESCOOP, 2008.

Notas

¹ Localizada no povoado de Rochdale, Reino Unido, foi considerada a primeira cooperativa formalmente organizada. Reuniu inicialmente 28 tecelões desempregados ou mal-remunerados em um sistema de capitalização coletiva de 2 *pence* semanais para a compra de alimentos baratos que seriam distribuídos equitativamente aos membros da associação por meio de um armazém geral. Constituiu a essência do conceito de cooperativismo de consumo.

² O cooperativismo, como um modelo de diminuição das tensões advindas da 2ª Revolução Industrial, espalhou-se rapidamente pela Europa e, cerca de duas décadas depois, em 1881, já existiam cerca de 1.000 cooperativas que totalizavam 550 mil associados (OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, *apud* ZENI, 2008, p.46).

³ Como o ludismo, movimento europeu que pregava a destruição das máquinas, causadoras dos problemas segundo eles.

⁴ O município em questão se autodenomina “*terra das culturas diversificadas*”, em virtude de ter recebido imigrantes de cerca de 10 nacionalidades diferentes.

⁵ Friedrich Raiffeisen nasceu na Romênia em 1818. Filho de agricultores, Raiffeisen empresta seu nome às associações de autoajuda que organizou na Alemanha entre 1847 a 1848, seguindo o exemplo dos tecelões de Rochdale poucos anos antes. As “Associações de Amparo aos Agricultores sem Recursos” popularizaram-se com o nome de Caixas Rurais, pois nasceram como uma reação contra a prática de agiotagem de um comerciante de gado local que, em troca do empréstimo das vacas do seu rebanho para reprodução, cobrava novilhas impondo juros e amortizações (MEINEN, 2002). Além da hipoteca de seus animais, suas propriedades também corriam riscos nas mãos dos agiotas, que cobravam juros muito além da capacidade de solvência dos agricultores. A solução prática oferecida por Raiffeisen era eliminar a figura do intermediador, reunindo as economias dos agricultores e convertendo-as em juros aos que as deixavam aplicadas, e empréstimos a juros mínimos para os que necessitavam financiamento. Nascia assim o conceito de cooperativismo de crédito que originou as Caixas Rurais Raiffeisen no Brasil.

⁶ Todas as obras citadas permanecem em funcionamento até os dias atuais, exceto o colégio interno (Colégio Santo Alberto) que foi desativado na década de 1950, tendo permanecido nesse estado até sua demolição em 2009.